

Uma história da época em que “abrir escolas” e “formar professores” eram parte do discurso político na capital do Brasil (1940 – 1950)

A story of the time when “opening schools” and “training teachers” were part of the political speech in the capital of Brazil (1940 - 1950)

Fábio Souza Correa Lima

Atua como professor de História da Educação do Departamento de Teorias e Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Amazonas. Foi professor do Instituto de Educação Carmela Dutra por dez anos, onde lecionou História e Filosofia da Educação. Foi professor Substituto da Faculdade de Educação da UFRJ, onde lecionou as disciplinas de Educação Brasileira, Prática em Política Administração Educacional e Planejamento e Avaliação dos Sistemas Educacionais. Mestre e Doutor em Educação pelo PPGE/UFRJ, seguindo a na linha de pesquisa História, Sujeitos e Processos Educacionais. Pós-graduado em Políticas Públicas em Espaços Escolares pela CESPEB/ UFRJ. Tem por base as suas graduações em História pela Universidade Federal Fluminense (Licenciatura e Bacharelado) e em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Licenciatura e Bacharelado). Email: fabiosouzaclima@gmail.com

Resumo

O presente artigo, inserido no campo de história da educação, tem por objetivo abordar os interesses e as tramas políticas que envolveram o surgimento de duas das mais tradicionais Escolas de formação de professores normalistas do Rio de Janeiro no período em que a cidade era Capital do Brasil. Tendo por base a análise de periódicos no recorte dos anos 1940 e 1950, usando autores como Tania de Luca (2005) e Adriana Pasquini e César Toledo (2014), apoiados também em bibliografia do campo (FERREIRA, 2003; RÉMOND, 2003), buscamos entender uma fase histórica em que a abertura de mais escolas públicas estava no centro das demandas sociais e das atenções políticas.

Palavras chave

História da Educação; Formação de Professores; Ensino carioca.

Abstract

The present article, inserted in the field of history of education, aims to address the interests and the political plots that involved the emergence of two of the most traditional teacher qualification schools in Rio de Janeiro in the period when the city was Capital of Brazil. Based on the analysis of journals in the 1940s and 1950s, using authors such as Tania de Luca (2005) and Adriana Pasquini and César Toledo (2014), also supported by field bibliography (FERREIRA, 2003; RÉMOND, 2003), we seek to understand a historical phase in which the opening of more public schools was at the center of social demands and political attention.

Keywords

Education History; Teachers Education; Carioca teaching.

Introdução

Em nosso enfoque político para esse artigo, percebemos que diferente dos dias atuais, a fala dos candidatos aos cargos públicos já foi o de *abrir escolas* e *formar professores*. O uso político desses discursos entre os anos 1940 e 1950 na capital brasileira atingiu diretamente as escolas de formação de professoras primárias do Distrito Federal (DF) e pôde ser aferido nas

matérias que pesquisamos em periódicos da época. Utilizamos, principalmente, jornais como Diário de Notícias e Correio da Manhã, que atuavam na capital do Brasil com um público leitor caracterizado pelas classes médias, interessadas na mobilidade educacional proporcionada, em tese, pela educação (CAMPOS, 2015). Naturalmente, ao lançarmos mão do uso de periódicos, cuidamos de inquirir essas fontes sobre suas origens e interesses, realizando o necessário do trabalho historiográfico para não tomar os jornais como meros “receptáculos de informações a serem selecionadas” (LUCA, 2005, p. 116).

(...) instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980, p. XIX).

Assim sendo, abordaremos as bases do que popularmente era chamado de “vontade política” dos parlamentares cariocas de abrir a segunda escola de formação de professores, a Escola Normal Carmela Dutra, inaugurada dezesseis anos depois da Escola Normal do Distrito Federal em 1930 – e transformada em Instituto de Educação em 1932. E as tramas que envolveram a instalação, treze anos mais tarde, da terceira unidade, a Escola Normal Sarah Kubitschek, no bairro de Campo Grande.

Ao se preocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central. Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos em que se combinam o instantâneo e o extremamente lento. É na longa duração que se irá buscar a história das formações políticas e das ideologias, ou seja, a cultura política, que por sua vez servirá à reflexão sobre os fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo (FERREIRA, 2003, p. 7).

Investimentos na formação dos professores do Distrito Federal

Entre os anos 1920 e 1930, além do fortalecimento dos pensadores da escola nova, a ascensão de Getúlio Vargas ao cargo de presidente, ofereceram as bases para que uma verdadeira transformação do **ser social** brasileiro, que então deveria ser preparado para um intenso processo de modernização. Nesse sentido, torna-se interessante entender a importância dos efeitos dessas políticas em regiões e famílias de menores rendas. Assim, a ideia da história política, segundo escreve o Réne Rémond (2003), aponta para o enriquecimento do trabalho do historiador ao abordar e comparar diferentes espaços e tempos. Ao seguir por esse caminho, precisamos então versar, mesmo que brevemente sobre como o brasileiro se via como ser social e quais eram os planos de um processo ‘civilizatório’ que mudou os eixos econômico e político do país nas décadas seguintes.

O brasileiro, visto como ‘incivilizado’, retratado nos personagens Macunaíma¹, de Mário de Andrade ou Jeca Tatu², de Monteiro Lobato, avessos a modernidade, inadaptáveis à

¹ Macunaíma, obra de Mário de Andrade, foi lançada em 1928, com as artes de capa feitas por Di Cavalcanti.

² O Jeca Tatu apareceu pela primeira vez em artigos publicados no Jornal O Estado de São Paulo, no ano de 1914. Outro personagem, o Zé Brasil, é considerado como efeito de amadurecimento político de Lobato, pois, apesar de morar no meio rural, em suas histórias são enfocados os problemas sociais e de concentração de terras no país. Ele surgiu em 1947, publicado no jornal Tribuna Popular.

civilização, ignorantes, alheios a novos hábitos de higiene, precisavam ser *redimidos pela educação* que se constituía em um caminho para o desenvolvimento. Para isso, a escola passou a se responsabilizar junto à família quanto ao desenvolvimento da criança para a vida em sociedade. A escola também foi cercada de ideias de que, em suma, seria possível, por meio da matrícula do jovem na escola pública, o crescimento social e a redenção da miséria que assolava a maior parte do país. E mesmo depois de mais de uma década de atuação dos escolanovistas, ainda era necessário continuar a trabalhar para reverter os dados que apontavam mais de 50% da população de 15 anos de idade, continuava analfabeta nos anos 1940 (LOURENÇO FILHO, 1965).

Assumindo esse caráter verdadeiramente ideológico de apanágio capaz de redimir o povo brasileiro, a educação assumiu como característica a massificação e as promessas de desenvolvimento, de igualdade e de mobilidade social. Não por acaso, as décadas seguintes da educação ocidental foram classificadas por Rui Canário (2008) como os *Trinta Gloriosos*, sendo o Hino escolar do único curso de formação de professores primários da capital do Brasil naquele momento um exemplo das expectativas para o futuro do país: “(...) Que o destino da pátria reclama/ Nossa oferta no altar do porvir! (...) Afirmamos no ardor do civismo”³.

Ao final da segunda guerra mundial, Vargas (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), impedido de continuar no poder, ajudou a eleger seu ex-ministro da guerra, General Eurico Gaspar Dutra em 1946 (Partido Social Democrático – PSD). Seu principal concorrente foi o Brigadeiro Eduardo Gomes pela União Democrática Nacional (UDN), que, na Capital Federal, às vésperas das eleições, em novembro de 1945, recebeu um importante apoio do Instituto de Educação na figura dos seus professores.

Subindo ao palanque e falando ao microfone, que irradiava para todo o Brasil, por 46 emissoras, a professora Lygia Lessa Bastos fez [a] entrega ao Brigadeiro Eduardo Gomes de uma mensagem de apoio dos educadores nacionais, contendo 1.680 assinaturas. Em Seguida, a Sra. Geni Gomes recebeu das professoras e funcionários do Instituto de Educação outra mensagem de saudação ao candidato da União Democrática Nacional (ENCERRADA A CAMPANHA ELEITORAL DO MAJOR BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, *Jornal do Brasil*, 29 de nov de 1945, p. 6).

O ato da jovem professora Lygia Maria Lessa Bastos poderia parecer ingenuidade. Uma simples ação de defesa da educação ou um protocolo de entre dos desejos dos colegas professoras, mas esse ato não passou despercebido no radar da principal cabo eleitoral da candidatura de Eurico Gaspar Dutra: Dona Santinha Dutra. Lygia Bastos relatou os efeitos de sua atitude nos anos seguintes:

Eu fui perseguida politicamente. Votei no Brigadeiro Eduardo Gomes e a dona Santinha Dutra mandou o Secretário de Educação me mandar para a Ilha do Governador. Eu era professora do Instituto de Educação, onde houve o primeiro concurso de Educação Física do Ministério da Educação. (...) A eleição pra presidente foi em 45. O Dutra ganhou. A Dona Santinha fez esse ato de me mandar pra Ilha [do Governador]. Fiquei em 46 na Ilha. (...) Houve um comício no Largo da Carioca que o Hérmes de Lins ia entregar o livro de ouro pro Brigadeiro, mas ele tinha uma doença e estava tão nervoso que na hora, ele sentou [e] passou mal. Ele me deu o livro e quem foi levar fui eu. Os jornais todos publicaram e no dia seguinte a Dona Santinha me mandou jogar na Ilha do Governador. Saí da Educação Física para ir para o quinto ano

³ Hino do IE apud TONÁCIO, 2011, p. 12.

primário para ensinar o programa do quinto ano primário. Eu estava acostumada a dar aula para o primeiro ano, como é que eu ia dar o quinto? Tive que estudar feito uma doida a programação. Oito horas por dia (BASTOS, 2013^a, s. p.).

Contudo, os fundadores da UDN viram na professora Lygia Bastos uma oportunidade política graças a notoriedade que o caso alcançou. A ideia era trazer a jovem como candidata municipal, aumentando a posição ao governo federal do casal Dutra. A UDN não apenas fazia oposição, mas colocava no cenário político uma personagem que ilustrava a atenção pública com a educação e com a carreira docente.

Em 1946, dirigentes da UDN, Amoacyr de Niemeyer, Luis Paes Leme e outros que fundaram a UDN foram pedir para incluir meu nome na chapa de vereador, porque souberam da perseguição que sofri. Minha mãe foi contra, mas meu pai disse: "Ela vai ser candidata, mas não vai ser eleita, porque vai ter poucos votos. Os meus alunos, as colegas dela, que é uma líder, uma campeã de volley-ball, organizou o basket-ball, jogou no Pacaembu, joga tênis. Acho que uns dois mil e poucos votos nós vamos dar para legenda da UDN. Vamos ser coerentes, trabalhamos com o Brigadeiro e vamos ficar no partido". Assinei meu nome como candidata e fiquei esperando a eleição. Tive dois mil, seiscentos e poucos votos, mas fui eleita. Era o destino (BASTOS, 2013a, s. p.).

O destino ao qual se referiu a professora Lygia Bastos fez com que a sua primeira legislatura na Câmara dos Vereadores do Distrito Federal (1947 – 1951) transcorresse a partir do pleito seguinte ao presidencial, tendo como companheiro de casa e de partido o oposicionista mais ferrenho da política varguista, o jornalista Carlos Lacerda.

A apertada eleição de Dutra trouxe ao cenário político o novo ‘Plano Para o Desenvolvimento do Ensino Primário’, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Em linhas gerais, o plano elaborado pelo INEP apontava a necessidade da construção de escolas por todo país, mas dava ênfase às zonas rurais denotando uma preocupação em continuar a modernização do país, iniciada no governo anterior. Dessa forma, a proposta defendida pelo novo governo era a de que, quanto aos recursos aportados na educação, 70% deveriam se destinar à construção de novas escolas primárias. No entanto, ainda dizia o plano, sem a preocupação de repetir os custos elevadíssimos da construção do prédio usado pelo Instituto de Educação, considerado “obra-síntese da renovação educacional” (VENANCIO FILHO, 1945 *apud* LOPES, 2008, p. 87). Aliás, na prática, segundo o novo Ministro da Educação, o médico Ernesto de Sousa Campos, era a quantidade de escolas, sem se importar muito com as suas condições, o mais importante.

E para mostrar a simplicidade que se revestirá o nosso prédio escolar citarei que será feito de tijolo, de adobe, de madeira e, se necessário for, até de pau a pique. Usaremos na cobertura, por exemplo, o material mais adequado pelo preço e pela facilidade de obtenção: telha, eternite, ou palha e sapê. O essencial é fazer escolas para atender a população escolar do Brasil (CAMPOS, 1946, p. 493).

O plano do INPE tinha por base as orientações de ninguém menos que Lourenço Filho, primeiro diretor do Instituto de Educação (1932 – 1938) e um dos principais signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), ao lado de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. O próprio Lourenço Filho estava a frente do INEP, mas fora substituído por Murilo Braga de Carvalho, homem que outrora gozava da maior confiança de Getúlio Vargas. Dessa

maneira, o Governo Dutra extinguiu a Diretoria do Ensino Primário e Normal, transferindo as suas atribuições e o orçamento para o INEP, que sob a direção de Carvalho, praticamente perdeu as características de um Instituto de pesquisas (MARIANI, 1982).

Foram, portanto, prometidas centenas de unidades, obedecendo ao único critério de necessidade de cobrir o déficit de 2.200.000 crianças de 7 a 11 anos fora da escola, segundo o ministro da educação (CAMPOS, 1946). Para a historiadora Ângela de Castro Gomes, esse era um número ainda condizente com a antiga prática dos ricos de educar os seus filhos e dos pobres do meio rural em não enxergar qualquer utilidade na escola (2002). Sobre os investimentos, o ministro, por sua vez, sustentava um dado impressionante: dos 28.302 prédios escolares existentes no país, apenas 4.927 eram de propriedade estatal e apenas 1.718 foram construídos para servirem originalmente como escolas (CAMPOS, 1946). O que mostrava que para além da pouca estrutura física oferecida pelos prédios privados ou pelos prédios a serem construídos, a expansão do ensino também tinha um viés de negócios.

O desenvolvimento das políticas públicas sugeriu que a relação entre economia e política não era de mão única: se há dúvida de que a pressão dos interesses organizados às vezes altera a condução dos negócios públicos, a recíproca não é menos verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor e para pior (RÉMOND, 2003, p. 23).

Mesmo com todo o investimento, na Capital Federal, a expansão dos bancos escolares esbarrava em uma contingência simples: a falta de profissionais da educação primária. Isso por que era evidente que apenas um curso de formação de professoras primárias no Distrito Federal não conseguiria atender às novas necessidades de um país em fase de modernização. Modernizar o país passava, por tanto, por fazer com que a educação deixasse de ser um privilégio para poucos, tornando-se um direito social para todos os brasileiros.

Imprensa e a Política nacional

A média de formação de professoras por ano atingia o número de 350 e 400 docentes por ano⁴, número insuficiente para atender ao Distrito Federal dentro da política do governo Dutra. Diante disso, em agosto de 1946, o presidente da República tomou uma medida drástica no sentido de dirimir o problema: “Art. 1º - Fica a Prefeitura do Distrito Federal autorizada a admitir, em caráter de emergência, na qualidade de tarefeiros, para servir exclusivamente nas escolas primárias (...) os alunos do Instituto de Educação que estão cursando o último ano da Escola Normal” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1946, p. 1). Apesar da medida colocar mais professoras no mercado de trabalho enquanto ainda deveria estar realizando estágios curriculares, ainda faltavam docentes, principalmente, em áreas mais afastas do centro da cidade (XXXX, 2015).

Alguns meses antes dessa medida, no concurso para normalistas do IE, quase duas centenas de candidatas aprovadas não foram matriculadas por falta de espaço físico no Instituto. Em meio aos protestos, uma comissão de pais de alunas excedentes se formou para exigir a matrícula dos seus filhos nas escolas, enquanto o jornal Gazeta de Notícias, dirigido pelo médico Fioravanti Di Piero tratava de apontar gestões anteriores como responsável pela pouca preocupação com as vagas na unidade. Sem surpresas, no dia seguinte, 11 de fevereiro, o jornal A Noite divulgou que Fioravanti Di Piero havia aceitado o cargo de novo Secretário de Educação do Distrito Federal (A NOITE, 1946, p. 11).

⁴ Dados do Centro de Memória da Educação Brasileira/ISERJ.

A escolha de Di Piero não fora aleatória. Nesse ponto, ao usarmos os periódicos como fontes, devemos considerar o que a historiadora Tania de Luca descreveu como uma preocupação do historiador em colocar a imprensa em suspensão. Para a historiadora, que também se pautava no posicionamento de outros historiadores, era de especial importância “inquirir a respeito das fontes e informação de uma dada publicação, (...) relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros” para entender suas matérias (2005, p. 116). No caso do dono do jornal, essa atenção nos trouxe informações novas e interesses que envolviam a presidência da República.

Em uma época em que o próprio prefeito do Distrito Federal (Ângelo Mendes de Moraes – junho de 1947 a abril de 1951) era escolhido pelo presidente da República, a nomeação de um secretário para qualquer pasta desta mesma prefeitura era algo fácil de se tornar realidade. Di Piero havia apoiado Vargas e Dutra durante os últimos 15 anos. Acabou se tornando médico pessoal da família Dutra. A proximidade com a família presidencial fora tão forte que ao adotar os comunistas como seus inimigos, acabara por promover a primeira dama, dona Carmela Dutra. No ano seguinte, o Partido Comunista do Brasil foi colocado na ilegalidade, sendo atribuído tal ato ao que seria a forte influência da primeira dama, também conhecida como Dona Santinha (LIMA, 2015).

Assim que tomou posse, o secretário convocou uma coletiva de imprensa para divulgar suas propostas de reestruturação da Educação Pública, entre elas: a construção de uma nova Escola Normal na Zona Suburbana, mais especificamente, no bairro mais populoso da cidade (Madureira)⁵, que teria a capacidade de atender a 2.000 novas professorandas⁶. No entanto, a notícia não foi bem recebida no Instituto de Educação, onde o professorado, os pais e as alunas defendiam a exclusividade da formação de normalistas graças ao sentimento de orgulho em que viviam os membros da instituição (LOPES, 2013). A unidade, entre os anos 1930 e 1940 mais parecia um *social club*, sendo retratado pelos jornais da época com um ensino elitizado, com alunas quase exclusivamente brancas e de classes sociais mais elevadas. Apesar das disputas, contudo, o plano de expansão do quantitativo de professores formados pelo Distrito Federal foi mantido (Ver LIMA, 2017).

O novo Secretário de Educação, na escolha da região de instalação da unidade, realizou um acordo de cunho político com a Associação de Professores de Madureira. Por um lado permitiu que essa associação funcionasse no prédio escolhido para ser a sede provisória da nova Escola Normal, na Avenida Marechal Rangel, n.º 31 (atual Avenida Edgard Romero, n.º 31) em um período, como apontamos, em que a aquisição e o aluguel dessas construções estava aquecida. Em contrapartida, a Associação de Professores de Madureira ‘sugeriu’ à Secretaria de Educação que o nome dado para a nova unidade fosse uma homenagem à primeira dama, Dn. Carmela Dutra. O tributo – ou acordo – fora prontamente aceito pelo Secretário Di Piero, que tratou e iniciou as aulas na escola no ano seguinte, 1947.

Com a volta de Getúlio Vargas ao poder (1951 – 19554), o prefeito do Distrito Federal, ainda escolhido pelo presidente, mantém a política educacional de Dutra e Vargas. No entanto, cedendo ao interesse privado, desenvolve um processo de expansão das redes de formação de professores que transferia recursos públicos para as escolas particulares. Nesse processo, as escolas particulares do entorno do IE, como o Colégio Vera Cruz e o Colégio Felisberto de Menezes, que passaram a receber as excedentes dos concursos de normalistas, sendo, em troca, paga a mensalidade de Cr\$ 80,00 (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1954, p. 2) por aluno. Em nossa pesquisa, embora os periódicos dessem voz aos que criticavam a

⁵ Censo IBGE – 1940. Recenseamento Geral do Brasil, p. 51.

⁶ Nos jornais que pesquisamos, o evento foi noticiado com as seguintes manchetes: A Manhã. *Grande Plano de Ação em favor do Ensino Carioca*. 25 de fev. de 1946; Diário Da Noite. *A reestruturação e os problemas fundamentais da Secretaria de Educação e Cultura na palavra do Professor Fioravanti Di Piero*. 26 de fev. de 1946.

ineficácia na qualidade do ensino das futuras professoras, de modo geral, saudavam a abertura de mais vagas para a formação de docentes, chegando ao número de 900 alunas frequentes em prédios alugados em nome do Instituto de Educação (LOPES, 2013; XXXX, 2017). No subúrbio da cidade, a ENCD, por sua vez, ainda funcionando em um prédio provisório, originalmente pensado para receber alunos ginásiais, crescera 700% no número de alunos até o ano de 1953⁷.

Apesar da medida atender a população, eram também evidentes os fins políticos no uso do prestígio das duas unidades de formação de professores da cidade. A sobrelotação da ENCD e do IE cobrou a conta da aventura educacional da prefeitura nos anos seguintes. Uma série de denúncias do mal-uso do dinheiro público e da má qualidade de formação das normalistas fomentou a atuação da comissão de pais que voltou a pressionar a prefeitura por mais unidades.

Enquanto a vereadora Lygia Bastos tentava manter o Curso Normal como exclusivo do IE, combatendo a nova unidade que levava o nome da ex-primeira dama D. Carmela Dutra (ENCD), na coluna *A pedidos* do jornal Diário de Notícias de maio de 1954 era possível ler uma reportagem vinda dos pais que ficaram satisfeitos com a matrícula de seus filhos no curso: “As “candidatas” do Instituto de Educação e os Vereadores que devem ser reeleitos” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1954, p. 2).

O jornal Diário de Notícias fora criado em 1930 e, embora fizesse oposição a política oligárquica, também assumira posição crítica ao Governo Vargas desde que este assumiu o poder. Em 1937, o dono do periódico, Orlando Dantas, preso por fazer oposição ao Estado Novo. Sobrevivente do período de ditadura (1967 – 1945), durante a democratização, continuou a se opor a política varguista, chegando a apontar Vargas como inimigo número um da democracia brasileira (FERREIRA, Sem data). Assim, expondo sua posição, por um lado denunciava o mau uso do dinheiro público pelo governo, mas, por outro, ressaltava que a abertura de vagas atendia aos seus leitores (PASQUINI; TOLEDO, 2014). Embora não seja o cerne de nosso trabalho, o estudo realizado pela historiadora Marieta de Moraes Ferreira (Sem data) sobre o Diário de Notícias, isto é, assumindo o periódico como objeto, demonstra a importância de conhecer as relações político-econômicas e culturais que o periódico pode ter com os governos e com a população (LUCA, 2005).

A reportagem e maio de 1954 tratava, portanto, de uma lista de vereadores que votaram a favor de manter os anexos e aumento da oferta de vagas sem preocupação com a qualidade do ensino, dentre eles Frederico Trotta (PSD) (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1954, p. 2), que alguns anos depois será responsável por uma campanha pela construção de uma Escola Normal na região mais abastada da cidade. Ela dizia responder diretamente aos pedidos que teriam sido feitos pela população para que fossem divulgados os nomes daqueles que seriam os *benfeitores* e os *malfeitores* da educação carioca. O ato de abrir ou fechar unidades escolares na Capital Federal fora apontado pelo periódico como de *vontade política*, dividindo os parlamentares entre aqueles que estavam *ao lado* ou *contra* os interesses da população.

As famílias, os leitores e a ‘vontade política’

A pressão por mais escolas normais crescia por quatro fatores. O primeiro estava relacionado ao crescimento populacional da cidade nos anos 1950 e 1960, principalmente seguindo as margens das linhas férreas da Zona Norte e Oeste carioca (FERNANDES, 2011). Dados demográficos do IBGE apontaram que na cidade do Rio de Janeiro viviam, em 1940, 48,8 % da população total existente no Estado do Rio de Janeiro. Em 1950, esse índice alcançou o ponto máximo, chegando a 50,9%. A população da cidade quase dobrou neste período, posto

⁷ Números do acervo da unidade educacional.

que em 1940 o número de cariocas era de 1.764.141, passando para 2.377.451 em 1950 e 3.307.163, em 1960⁸.

Em segundo lugar, concorreu para a criação das novas unidades, a atuação dos intelectuais da educação ligados ao pensamento escolanovista e a ideia defendida desde antes da ditadura varguista de descentralização educacional. Sobre as Escolas Normais do Rio de Janeiro, Anísio Teixeira e Lourenço Filho afirmaram que deveriam ser instaladas outras unidades na capital federal. Assim sendo, a prefeitura convocou os diretores do IE e da ENCD, respectivamente, Mário Paulo de Brito e Antonio Antunes Júnior, em fevereiro de 1957, para debater o parecer (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1957, p. 4) em uma Comissão, com a presença do próprio parecerista, o professor Lourenço Filho⁹.

A despeito do parecer, a Comissão chefiada por Mário de Brito (que antes havia sido contrário à criação e, depois à autonomia da ENCD, tendo por de trás o apoio político de membros da UDN, como a vereadora Lygia Lessa Bastos e o opositor às políticas varguista, o deputado Carlos Lacerda), informou ao público que havia *inconvenientes* no processo de expansão das Escolas Normais.

Concluindo, disse o Dr. Mário de Brito que o Conselho Técnico e a Congregação do Instituto de Educação são radicalmente contrários à criação de novas escolas normais, a não ser que as mesmas sejam precedidas de acurados estudos (A NOITE, 1957, p. 7).

Então, neste momento, apareceu o terceiro grande fator: a atuação das comissões de pais de famílias da zona norte e oeste. A demanda por mais Escolas Normais continuava crescendo na mesma medida da procura das famílias pela escola pública. Enquanto o IE havia sido compartimentado em anexos para formar uma maior quantidade de interessadas no curso, a ENCD, mesmo funcionando em uma Escola Ginásial (até 1967), crescera vertiginosamente no ano de 1953, conforme já apontamos. Com o pretexto de auxiliar as normalistas, mais famílias se reuniram em associações para pressionar os vereadores por mais vagas para excedentes, mostrando a fluidez dos interesses privados e públicos (RÉMOND, 2003). No ano de 1955 surgiu uma comissão fixa de pais de alunas do IE e da ENCD. Com apoio fidedigno o Diário de Notícias ressaltou que tal comissão tinha “apelo no sentido e criação e novas escolas normais no Distrito Federal, a fim e que, no próximo ano, não se repitam as cenas deploráveis dos exames de admissão intercalados de vertigens e desmaios, a decepção das reprovações em massa” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1955, p. 4).

Percebe-se que não há neutralidade ou imparcialidade e ainda, um periódico não está alheio à realidade histórica, uma vez que veiculam informações e análises (quase sempre unilaterais), sobre aspectos comerciais, políticos, religiosos, econômicos. Desta forma, acaba-se por constituir um objeto que veicula e manipula interesses de classes antagônicas, assumindo papel formador e regulador da opinião pública (PASQUINI; TOLEDO, 2014).

A posição contrária do diretor do IE, bem como da professora Lygia Bastos eram públicas, mas a manchete de um dos periódicos de grande circulação na cidade, concorrente do Diário de Notícias, o jornal Correio da Manhã, destacava que havia orçamento para a criação de mais unidades, faltando *vontade política* da Câmara dos Vereadores e da Prefeitura.

⁸ Crescimento Populacional do Município do Rio de Janeiro entre 1872 – 2010 com relação ao Estado do Rio de Janeiro.

⁹ Instalada pela Portaria 1.259, de 7 de novembro de 1956.

AS NOVAS ESCOLAS NORMAIS – AUXÍLIOS CONCEDIDOS

Visando a melhoria da rede de escolas normais no país, o INEP enviou nos três últimos anos, para dezenove unidades de Federação, a dotação de Cr\$ 120.292.284,00, segundo dados fornecidos a reportagem pelo Serviço de Estatísticas da Educação. Tal plano visa colaborar a unidades do país em condições de formar um magistério primário de acordo com as reais necessidades de nossa população. (...)

DO DISTRITO FEDERAL AO ESPÍRITO SANTO

Para o exercício financeiro de 1959, agora iniciado, apenas onze unidades de Federação apresentaram saldo, sendo o Distrito Federal o vanguardeiro, com quarenta milhões de cruzeiros (...) (CORREIO DA MANHÃ, 1959, p. 4).

O contexto político de existência de verbas, da falta de vagas e das denúncias realizadas pelos periódicos, descortinou verdadeiras oportunidades políticas aos parlamentares mais atentos ao jogo político, quando, finalmente, encontramos o quarto fator que proporcionou a construção de novas Escolas Normais. Antes, porém, cabe ressaltar por mais uma vez a fluidez e o posicionamento político e de periódicos, levando em consideração os interesses particulares e públicos.

Análises de processos de decisão relativos a escolhas importantes demonstram, contrariando uma afirmação que deve mais à referência a crenças que a uma observação *sem a priori*, que as escolhas políticas não são o simples decalque das relações e forças entre categorias socioprofissionais. Estas, em primeiro lugar, são múltiplas e estão longe de se entender; só o observador externo pode ter a ilusão de sua homogeneidade. Sua diversidade, seus antagonismos proporcionam ao governo, aos políticos, ao aparelho administrativo uma margem de independência, um espaço de liberdade e uma capacidade de arbitragem que eles usam geralmente em função da ideia que fazem do interesse superior da coletividade nacional (RÉMOND, 2003, p. 24).

No Distrito Federal, dentro de uma cultura de interdependência pessoal e alienação política, o fenômeno político do populismo se destaca. Sem pretensão de tratar aqui o populismo como uma categoria de análise, mas ciente de que tratar desse conceito, assim como colocou Ângela de Castro Gomes, torna o nosso artigo alvo fácil de críticas de todas as espécies (1996), definimos o uso desse instrumento de modo a nos ajudar a entender as atuações políticas neste período de transição. Dessa maneira, ao conjugar as palavras de René Rémond (2003) e Ângela de Castro Gomes (1996), mesmo que brevemente, podemos desenvolver melhor crítica e entendimento da crescente pressão popular por mais acesso às Escolas Normais da cidade.

Para Gomes, o populismo é uma política de massas (1996), relacionada ao crescimento populacional e a proletarização das classes trabalhadoras na sociedade moderna. Para a autora, também é indicativo desse conceito que “tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe” (1996, p. 4). Outro ponto destacado pela autora é o surgimento de líderes populistas; sujeitos carismáticos capazes de mobilizar as massas a uma determinada participação política, submetida a eles próprios. Neste caso, como veremos nos pontos abaixo, não apenas o surgimento dos políticos, mas também a atuação dos jornais no sentido de fortalecer esses líderes locais, atenderam as demandas desses grupos e também as suas próprias, uma vez que a modernização levada a essas áreas significava um aumento na quantidade de leitores.

Políticos e Jornais com o mesmo discurso de atendimento às massas

Dona Carmela Dutra, morreu em 1947, dois anos após Eurico Gaspar Dutra se tornar Presidente da República pelo PSD e um ano após a ENCD ser criada. Antes disso, porém, com grande influência no governo do marido, Dona Santinha lançou um de seus assessores, Miécimo da Silva, ao cargo de vereador no Distrito Federal. Em entrevista recente, o filho de Miécimo resumiu assim esses primeiros passos do pai dentro da política: “Ela chamou o Adhemar de Barros e disse: “- Lança o Miécimo vereador”” (Filho de Miécimo da Silva, *apud* CARDOSO, 2007, pp. 87-88).

Enquanto a Comissão para estudar o parecer do Professor Lourenço Filho sobre mais Escolas Normais na cidade se reunia, Miécimo da Silva organizou uma festa homenageando os membros da comissão (CORREIO DA MANHÃ, 1956, s. p.) e apresentou o projeto n.º 378 na Câmara Municipal que visava criar a Escola Normal de Campo Grande. Miécimo também aproveitou para atuar em uma terceira frente, trazendo as famílias da região para pressionar a Comissão de professores e indo até o prefeito Negrão de Lima (PSD), na sede da prefeitura, que por sua vez, manifestou estar estudando o assunto com uma atenção diferenciada (JORNAL DO BRASIL, 1957, p. 1). Como resultado, porém, a comissão demonstrou que não havia interesse na instalação de uma nova escola normal na Zona Oeste da capital federal.

Com a negativa da Comissão, o Projeto de Lei que criava mais uma Escola Normal (originalmente com o n.º 649/56) não foi adiante e a discussão parecia perdida. No entanto, o vereador Miécimo da Silva, usando de um estratagema para criar a *Escola Normal de Campo Grande* virou o jogo político. Sabendo da resistência ao seu projeto e do provável resultado da Comissão, ele dissimulou alguns artigos dentro do projeto de distribuição de lotes de terras aos favelados da região de Campo Grande, originalmente de autoria de Frederico Trotta (PSD), responsável pela Comissão de Economia e Finanças da Câmara (LIMA, 2019).

Tratava-se do Projeto n.º 32, que em seu *caput* dizia: “Determina a distribuição de lotes gratuitos aos favelados, soluciona o problema das favelas e dá outras providências”. Com um título que em nada lembrava um projeto de educação, relacionado a uma Comissão que tratava de assuntos alheios ao ensino e formação de professores, o projeto de lei trazia entre os seus pontos de forma absolutamente inesperada o artigo 10º que dizia: “Fica criada, em Campo Grande, uma Escola Normal, com a mesma finalidade e organização do Instituto de Educação e da Escola Normal Carmela Dutra” e o artigo 11º, que garantia que o IE ou o diretor Mário de Brito não teriam qualquer influência pedagógica ou administrativa sobre a unidade: “A nova Escola será dirigida por um diretor subordinado à Secretaria Geral de Educação e Cultura, de nomeação do Prefeito”. Com esse artigo, a escola ganhava autonomia desde a sua criação, diferente do que aconteceu com a ENCD, ameaçado de ser fechado ou incorporado entre os anos de 1946 a 1953. Depois disso, ainda no projeto de lei, mais três artigos dispunham sobre temas relacionados à distribuição dos lotes aos favelados e, abruptamente, mais um artigo que parecia descolado de todos os itens anteriores, dizendo: Art. 15. “Ficam, igualmente criadas mais duas Escolas Normais, sendo uma na zona sul e outra na zona suburbana da Leopoldina” (CÂMARA DOS VEREADORES, LEI N.º 906 – de 16 de dezembro de 1957).

Ainda com receio de que o projeto pudesse ser derrubado, Miécimo da Silva, em 1957, se utilizou do mesmo expediente do secretário de Educação Fioravanti Di Piero, em 1946: decidira homenagear a primeira dama do país, afinal, estavam no Distrito Federal e a criação de uma Escola Normal com o nome da primeira dama não passaria sem o conhecimento presidencial. O vereador interferiu decisivamente por meio do professor Astério Campos¹⁰ para que a Escola Normal de Campo Grande devesse chamar Escola Normal Sarah Kubitschek, em

¹⁰ A Organização das Pioneiras Sociais foi fundada em 1956, logo após JK assumir a Presidência. Apoiando-se no trabalho de empresas para o fornecimento de recursos, na atenção de embaixatrizes, a associação também buscava importar estrutura para seus serviços. Vindos da Alemanha e dos EUA, surgiram os hospitais volantes, um programa conhecido como “Saúde sobre Rodas”.

homenagem à esposa de JK, então presidente da República, que naturalmente, compareceu as festividades de criação da unidade.

Assim, segundo o jornal Diário da Noite, uma antiga aspiração dos moradores do subúrbio estava sendo atendida (DIÁRIO DA NOITE, 1957, p. 1). E com esse perfil na Câmara, Miécimo fora reconhecido pelo então governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda (1960 – 1965) que comentou sobre sua batalha para criar uma Escola Normal em Campo Grande aos moldes do que já havia em Madureira da seguinte forma: “Aquilo lá é a Brasília de Miécimo” (SILVA, 2006, p. 239).

Considerações Finais

Diante das tramas políticas nos anos 1940 a 1950, como poderíamos caracterizar o interesse dos políticos cariocas e brasileiros atualmente pela criação de mais escolas e pela formação de professores? Além dessa questão, vale também a pena nos perguntar, quantas comissões de pais de alunos de escolas públicas formadas espontaneamente podemos reconhecer nos dias de hoje? Reduzir a expectativa de formação do professor primário do superior para o médio, para além dos efeitos práticos de tornar mais acelerada e barata a formação docente, muda em que a realidade das redes de ensino?

Por mais que algumas ações de políticos e jornais ontem e hoje tenham ética questionável, é fato que as políticas públicas devem ser sensíveis as demandas do povo, mesmo que, no fim, estejam incutidas nas ações dos nossos representantes o desejo primordial de manter a posição de poder em que se encontram. Assim sendo, diante das provocações e questões que deixamos, entendemos com essa história que contamos que o interesse e a participação da população nos assuntos relacionados à administração pública (o que, grosso modo, sintetiza o conceito de cidadania) constitui-se como a única saída para a melhora da qualidade do ensino e da assistência dos jovens educandos brasileiros. Assim, por fim, nos moldes *imprecisos* do periódico Diário de Notícias, fica ainda a mesma questão que divide as responsabilidades entre cidadãos e políticos sobre a educação ministrada nas diversas redes públicas brasileiras: *Quais candidatos devem ser reeleitos?*

Referências

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Ed. Ubu. Edição de 2017, 1928.

CAMPOS, Ernesto de Sousa. “Entrevista do ministro da educação e saúde sobre a situação do ensino primário”. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 7, nº2, p. 492-495, março-abril, 1946.

CANÁRIO, Rui. “A escola: das “Promessas” às “Incertezas””. *Revista Unisinos*, 12 (2), pp. 73-81, 2008.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO, Luciana. **Somos Semeadores: Estratégias identitárias na Escola Normal Sarah Kubitschek (1963 – 1965)** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CUNHA, Luiz Antonio. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

- FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: **RÉMOND**, Réne. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria de subúrbio**: Rio de Janeiro 1858/1945. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2011.
- GOMES, Angela de Castro. “**O populismo e as ciências sociais no Brasil**: notas sobre a trajetória de um conceito” Niterói: TEMPO. Revista do Departamento de História da UFF, n.2, 1996.
- GOMES, Ângela de Castro. “A escola republicana: entre luzes e sombras” IN: GOMES, Ângela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena (orgs). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- LIMA, Fábio Souza. As normalistas chegam ao subúrbio: a história da escola normal Carmela Dutra: da criação à autonomia administrativa (1946-1953). Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.
- LIMA, Fábio Souza. As normalistas do Rio de Janeiro: o ensino normal público carioca (1920 – 1970): das tensões políticas na criação das instituições à produção das diferentes identidades de suas alunas. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.
- LIMA, Fábio Souza. Instituto de Educação Sarah Kubitschek: as origens da “Brasília de Miécimo” (1957). *Revista Contemporânea de Educação*, v. 14, n. 30, mai/ago, 2019. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 14, n. 30, maio/ago. 2019 *Revista Contemporânea de Educação*, v. 14, n. 30, maio/ago. 2019
- LOBATO, Monteiro. **Urupes**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca Azul, edição de 2007, 1918.
- LOPES, Sonia de Castro. **Imagens de um lugar de memória da educação nova**: Instituto de Educação do Rio de Janeiro nos anos de 1930. *Rev. Bras. Educ.* vol.13 n. 37, p. 84-97, Jan./Abr, 2008.
- LOPES, Sonia de Castro. **Políticas de formação de professores nos anos 1950**: Problematizando os “Anos dourados” do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. *Revista Cadernos de História da Educação*. V.12, nº 1 Jan/Jun, 2013.
- LOURENÇO FILHO, Manuel B. **Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960** : descrição e análise. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, V. XLIV outubro-dezembro, Nº 100, 1965.
- LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MARIANI, Maria Clara. Educação e Ciências Sociais: O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. IN: SCHWARTZMAN, Simon. **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, p.167-195, 1982.
- MOTTA, Marly. **Saudades da Guanabara**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- RÉMOND, Réne. **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- SILVA, Rita de Cassia da. **Novas tendências do sindicalismo brasileiro**: a formação do sindicato estadual dos profissionais de educação (Sepe – Regional V) no período de 1979 – 1990 (Dissertação de Mestrado). Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, Rio de Janeiro, 2006.
- TONÁCIO, Glória. **O processo de criação do curso normal superior no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e a sua adequação em curso de pedagogia**: a tradição como farsa (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

XAVIER, Libânia Nacif. Profissionalização do magistério no contexto de difusão do ideário da Escola Nova (Rio de Janeiro: 1920-1930). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – **História e multidisciplinaridade**: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional**: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Bragança Paulista, EDUSF, 2002.

Digitais

BASTOS, Lygia Maria Lessa *In*: **MICALDAS**, 2013. Disponível em: www.velhosamigos.com.br/foco/ligiamaria.html. Acesso no em: 13 de nov. de 2013a.

BASTOS, Lygia Maria Lessa *In*: **Projeto Garimpando Memórias**, Centro de Memória do Esporte. 2003. Acervo da Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br>. Acesso no em: 17 de nov. de 2013b.

BRASIL. **Constituição Federal de 18 de setembro de 1946** a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acessado em; 8 de ago. de 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Verbete**. Sem data. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc>. Acessado dia 07 de mar. de 2020.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado nos último cinco anos e forma contínua.

IBGE. Censo IBGE – 1940. **Recenseamento Geral do Brasil**, p. 51. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acessado em 16 de jun. de 2014.

IBGE. **Crescimento Populacional do Município do Rio de Janeiro entre 1872 – 2010 com relação ao Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/> . Acessado em: 19 de jan. de 2017.

LOURENÇO FILHO. (1999) **Professor e Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro – (1932 / 1938)**. Disponível em: http://inep.gov.br/download/cibec/pce/1999/lourenco_filho.doc. Acessado em: 7 de mar. de 2014.

MEMORIAL JK. Disponível em <http://www.memorialjk.com.br/pt/>. Acessado em: 06 de fev. de 2017.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. LEI N.º 906, de 16 de dezembro de 1957. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/>. Acessado em: 02 de ago. de 2016.

Acervos Documentais Pesquisados

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Biblioteca/ Setor de Iconografia/ Legislação da Guanabara

Hemeroteca Digital – Fundação Biblioteca Nacional

Pesquisa por décadas: 1920 – 1979.

Jornais: Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Diário de Notícias e Última Hora.

Instituto de Educação Carmela Dutra - IECD– Secretaria da unidade

Instituto de Educação Sarah Kubitschek – IESK – Secretaria da unidade

Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro – ISERJ – Centro de Memória da Educação Brasileira – Cemeb

